

O Brasil entra em concordata

“Entre agosto de 1979 e outubro de 1980, o país experimentou sua última tentativa de ignorar a crise externa, agora agravada pelo novo choque do petróleo e pela elevação vertiginosa do custo do endividamento externo.

“A política heterodoxa adotada baseou-se explicitamente no controle dos juros, na maior indexação dos salários, seguida de desvalorização cambial com prefixação da correção monetária, e na tentativa de manipular as expectativas inflacionárias durante a maior parte do ano de 1980.

“A incapacidade de fazer com que os banqueiros internacionais finansiassem o experimento levou a uma perda rápida de reservas, enquanto o crescimento rápido do consumo alimentou a explosão do balanço de pagamentos.

Dívida externa

“Os últimos esforços visando a permanecer no jogo sob as mesmas regras que haviam prevalecido no auge da crise de endividamento externo foram realizados em janeiro de 1985, quando a equipe que se afastava tentou conseguir a aprovação da direção do FMI para a sétima carta de intenções. O fracasso em obter a aprovação do FMI para o novo programa de estabilização, devido ao não-cumprimento das metas para as necessidades nominais de financiamento e o déficit operacional do setor público, estabelecidas na sexta carta, para o último trimestre de 1984, postergou as negociações até a posse do novo governo em março.

“As negociações com os bancos foram também suspensas, até que o novo governo alcançasse um acordo com o FMI, pois esse acordo tornara-se no regime da estratégia de (James) Baker (então secretário do Tesouro americano) uma liturgia para a recomposição da concordata internacional. Ao final da gestão de Delfim Netto, ficou claro que o FMI não só não era suficiente para financiar o desequilíbrio externo do início dos anos 80, mas também parecia cada vez menos necessário como avalista do Brasil junto aos credores.

A mudança

“Uma das características mais destrutivas da experiência inflacionária brasileira é o efeito dominante da inflação na agenda das discussões sobre os rumos da política econômica. Tal dominância decorre precisamente dos mecanismos que permitiram ao país funcionar e crescer em ambiente de alta inflação. Depois que tal adaptação mostrou-se ilusória, a partir das mudanças de regras contratuais de correção monetária nos experimentos pós-Cruzado, os mecanismos de defesa contra as mudanças de regras, que invariavelmente têm ocorrido quando a aceleração da inflação ameaça fugir ao controle do governo, aumentaram ainda mais a importância da inflação esperada como variável central para a tomada de decisões e como condicionante dos rumos da política econômica.

“Ao contrário do que ocorria até a primeira metade dos anos 80, a estabilização tem sido aos poucos percebida como essencial para libertar as forças criativas da economia do jogo estéril da inflação e permitir uma mudança no rumo das discussões acerca das perspectivas do país.”